



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SER MULHER COM DEFICIÊNCIA: SOBRE CORPOS E GÊNERO

Maria Eduarda Cavalcanti de Albuquerque Mello

m.e.mello@hotmail.com

UFPE

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Muitos são os dispositivos de poder em nossa sociedade a nos dizer o que somos e, principalmente, como deveríamos ser. Na área médica, o corpo com deficiência surge ao ser analisado em comparação a um corpo sem deficiência; observam-se os fatores biológicos, as diferenças estruturais, assim, o que interessa ao modelo médico é a lesão. Em decorrência dessa análise, surge a diferenciação entre o que seria “normal” e “anormal” e, para muitos, a deficiência não passaria de uma tragédia pessoal biológica, denotando um comportamento preconceituoso e/ou de pena para com essas pessoas. Portanto, um corpo com algo considerado como uma deficiência, não é historicamente visto como desejável. A estigmatização da pessoa com deficiência é também um meio de regulá-la, de manter um sujeito hegemônico, a corponormatividade intacta. A construção da subjetividade do ser tem muita influência de como a pessoa vê seu corpo, de como ele é visto e tido pelos outros, pela sociedade. Em especial, ser mulher ainda marca um dever-ser específico, tanto de corpo, quanto de comportamento. Assim, a proposta deste trabalho é analisar a peculiaridade da formação da identidade e subjetividade da mulher com deficiência, tendo em vista o forte sistema patriarcal e capitalista em que estamos inseridos, o papel da mídia e a percepção da deficiência como uma lástima, condição indesejada a ser superada. Para isto, utilizam-se principalmente as teorias do corpo/emoções, desvio, os estudos sobre a deficiência e feministas.

Palavras-chave: mulher, deficiência, corpo, subjetividade

ABSTRACT

Many are the devices of power in our society that tell us what we are and, mainly, how we should be. In the medical field, the disabled body arises when analyzed in comparison to a body without disability; biological factors are observed, structural differences, so what matters to the medical model is the injury. Because of this analysis, the distinction between what would be "normal" and "anormal" arises, and for many, the disability would be no more than a personal biological tragedy, denoting prejudiced behavior and/or pain for these people. Therefore, a body with something regarded as a disability isn't historically viewed as desirable. The stigmatization of the disabled person is also a means to regulate it, to maintain a hegemonic subject, the corpus morality intact. The construction of the subjectivity of the being has much influence of how the person sees his body, how it is seen and taken by others, by society. In particular, being a woman still marks a specific duty to be both body and behavior. Thus, the purpose of this study is to analyze the peculiarity of the identity and subjectivity formation of women with disabilities, considering the strong patriarchal and capitalist system in which we are inserted, the role of the media and the perception of disability as a pity, an unwanted condition to be overcome. For this, theories of the body/emotions, deviation, studies on the disability and feminists are used mainly.

Keywords: women, disability, body, subjectivity



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Muitos são os dispositivos de poder em nossa sociedade a nos dizer o que somos e, principalmente, como deveríamos ser. As instituições sociais como a família, a escola e a Igreja cumprem seu papel de regulação de corpos e comportamentos, que, de tanto repetidos, são tidos como “normais” e aqueles que fogem do mesmo, são vistos como “anormais”.

Na área médica, o corpo com deficiência surge ao ser analisado em comparação a um corpo sem deficiência; observam-se os fatores biológicos, as diferenças estruturais, assim, o que interessa ao modelo médico é a lesão. Em decorrência dessa análise, surge a diferenciação entre o que seria “normal” e “anormal” e, para muitos, a deficiência não passaria de uma tragédia pessoal biológica, denotando um comportamento preconceituoso e/ou de pena para com essas pessoas.

A revolução na abordagem desses estudos se deu em 1970, no Reino Unido e nos Estados Unidos, países nos quais a deficiência passou a pertencer também ao campo das humanidades e, assim como no feminismo, a política denotou extrema importância à teoria. Os dois tinham como pressuposto o combate à opressão que os grupos vulneráveis sofriam e falavam da influência do social que era determinante para a exclusão a que eram submetidos e não algo advindo da natureza. Assim surgiu o modelo social da deficiência em contraponto ao modelo médico. Com o avanço dos estudos, o feminismo surgiu com uma crítica ao modelo social, levantando aspectos que considerava como limitações. Foi através dos estudos feministas da deficiência que se trouxe a ideia do princípio da igualdade pela interdependência e de uma maior atenção às particularidades do que é ser uma mulher e ter uma deficiência.

“Nascer mulher ainda implica a existência de um lugar já determinado na vida” (Pateman, 1993, pg. 246). Ser uma mulher com deficiência ainda mais. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a peculiaridade da formação da identidade e subjetividade da mulher com deficiência, tendo em vista o forte sistema patriarcal e capitalista em que estamos inseridos, o papel da mídia e a percepção da deficiência como uma lástima, condição indesejada a ser superada. Vale ressaltar que este trabalho é resultado de uma investigação em curso, e pode vir a ser futuramente publicado com as devidas modificações de acordo com as novas descobertas.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

A fundamentação teórica pode ser dividida em, pelo menos, três categorias: o estudo sobre a deficiência em si e o estigma que as pessoas que a possuem sofrem, a hipervulnerabilidade a que estão submetidas as mulheres com deficiência e como se dá, assim, a construção de identidade das mesmas e o estudo sobre o movimento feminista e o empoderamento dessas mulheres.

A teoria do desvio é utilizada principalmente para demonstrar como se dá o processo de estigmatização e consequente exclusão das pessoas com deficiência, tendo em vista que neste trabalho será considerado que o desvio é criado (Becker, 2008) e de que o atributo que torna alguém diferente dos outros o estigmatiza (Goffman, 1988), sendo importante ressaltar que “o corpo estranho se torna corpo estrangeiro e o estigma social funciona então com maior ou menor evidência conforme o grau de visibilidade da deficiência” (Le Breton, 2006, pg. 49 ou 50). A partir disso, observar qual o papel dos sujeitos e instituições sociais nesse procedimento.

Para Foucault (2004) os *jogos de verdade* são uma prática de autoformação do sujeito. Os processos históricos, econômicos e sociais aplicam-se sobre o indivíduo de modo a normalizar atos, comportamentos e desejos, assim, a construção da identidade é subjetiva e dinâmica, incidindo sobre ela o saber-poder e os efeitos do mesmo (Foucault, 2004; Hall, 2006). Assim, as mulheres com deficiência encontram-se diante de diversos mecanismos de dominação que regulam quem são e a tornam hipervulnerável por possuírem dois aspectos de opressão: a deficiência e o fato de ser uma mulher. Os estudos feministas que se ocuparam em observar essas particularidades (Diniz, 2012; Wendell, 1996; Kittay, 1999).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Para a realização desse trabalho o método a ser utilizado é o hipotético-dedutivo, através de questionamentos em relação à a peculiaridade da formação da identidade e subjetividade da mulher com deficiência, tendo em vista o forte sistema patriarcal e capitalista em que estamos inseridos, o papel da mídia e a percepção da deficiência como uma lástima, condição indesejada a ser superada. A pesquisa é exploratória, qualitativa e bibliográfica.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análise e discussão dos dados

1. Estigmatização e exclusão da pessoa com deficiência

Uma das primeiras formas de percepção das relações entre corpo e identidade social se deu através de uma análise que colocava como centro a natureza, ou seja, uma visão biológica da mesma. Para essa corrente sociológica, que ficou conhecida como essencialismo, as explicações das diferenças entre os indivíduos tinham como base a natureza e se mostravam através dela, acabando por consagrar como certo e não passível de dúvidas aquilo que é por ela determinado. Conceituar algo como sendo natural torna-o indiscutível, incontestável. São as ditas “verdades biológicas/naturais”, responsáveis por enquadrar as pessoas como normais ou desviantes/ anormais.

As pessoas com deficiência se encaixam nesses corpos que vão de encontro às expectativas normativas elencadas e receberam, principalmente, dois tipos de tratamento diferentes quando observamos a História: ou eram rejeitados e sumariamente eliminados, ou eram abarcados por uma proteção assistencialista e piedosa (Plutarco, 1951).

É perceptível que são criados comportamentos e corpos tidos como “certos” e outros que se caracterizam como “errados” por uma parte da população. São regras sociais pré-definidas e aqueles que não as seguem são classificados como desviantes, *outsiders*. São atributos capazes de estigmatizar ou ratificar a normalidade de uma pessoa.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (Goffman, 1988, pg. 6).

A deficiência, como visto anteriormente, quase sempre foi marcada pelo estigma. Na área médica, o corpo com deficiência surge ao ser analisado em comparação a um corpo sem deficiência, observam-se os fatores biológicos, as diferenças estruturais, assim, o que interessa ao modelo médico é a lesão em si mesma. Em decorrência dessa análise, surge a diferenciação entre o que seria “normal” e “anormal”, pois haveria um “desvio” no funcionamento do organismo, físico e/ou intelectual, e, para muitos, a deficiência não passaria de uma tragédia pessoal biológica, marcando



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

aquele que a possui e denotando um comportamento preconceituoso e/ou de pena para com essas pessoas.

Observar uma pessoa com deficiência pela visão do modelo médico se aproxima bastante da concepção de corpo e identidade advinda do modelo essencialista. No entanto, para o construtivismo social, uma das correntes contrárias ao essencialismo, a identidade deve ser pensada do ponto de vista histórico, considerando a política, a economia e ainda – se não principalmente – as relações de poder. “Toda identidade é fundada sobre uma exclusão (o que não se é ou o que não se deve ser) e, nesse sentido, é um efeito do poder” (Hall, 2006, pg. 80). As relações sociais são, assim, consideradas um dos fatores primordiais para entendermos a construção da identidade, inclusive o fato de a mesma não ser fixa, essencial, mas sim dinâmica e subjetiva.

O problema da identidade estigmatizada da pessoa com deficiência, portanto, consistiria na sociedade e na forma como a deficiência é vista por ela. As características peculiares advindas da deficiência são as que de fato chamam atenção na pessoa, fazendo com que a mesma seja vista apenas por esses atributos. Particularidades essas que são tidas muitas vezes como marcas da inferioridade daquelas pessoas em relação as consideradas como “normais”, sendo assim, essas características se transformam em motivos para que os outros sintam pena e acabam causando, por vezes, um afastamento social. Goffman, inclusive, é muito perspicaz ao observar diferentes exemplos de estigma e chegar a conclusão que

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais. As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na -medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (Goffman, 1988, pg. 7-8).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A restrição da pessoa com deficiência à sua lesão e o fato de tê-las como não geradoras de capital pelo sistema capitalista, ou, pelo menos, que não estariam aptas a produzir tanto capital quanto aquelas pessoas que não possuem nenhuma deficiência, acabam consagrando-as como desviantes. Além disso, essas pessoas ainda carregam o fato de não terem o corpo considerado como ideal pelo padrão de beleza estabelecido em nossa sociedade ou mesmo ter o funcionamento da mente ou o comportamento tido como aceitável, dentro do estipulado pelas regras sociais.

A concepção sociológica que acabo de discutir define o desvio como a infração de alguma regra geralmente aceita. Ela passa então a perguntar quem infringe regras e a procurar os fatores nas personalidades e situações de vida dessas pessoas, e que poderiam explicar as infrações. Isso pressupõe que aqueles que infringiram uma regra constituem uma categoria homogênea porque cometeram o mesmo ato desviante. Tal pressuposto parece-me ignorar o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em “fatores sociais” que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (Becker, 2008, pg. 22-23)

Diante dessa ideia de que o desvio seria criado pela sociedade a partir do momento em que grupos sociais criam regras que devem ser seguidas acerca do comportamento, do tipo de intelectualidade e seu uso e até mesmo de como deve ser o corpo da pessoa segundo seu sexo biológico, surge o modelo social que se contrapõe ao modelo médico nos estudos sobre a deficiência.

O modelo médico, ainda hoje hegemônico para as políticas de bem-estar voltadas para os deficientes, afirmava que a experiência de segregação, desemprego e baixa escolaridade, entre tantas outras variações da opressão, era causada pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo. Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão. Para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência. Mas em um ponto os modelos social e médico coincidiam: ambos concordavam que a lesão era um tema de alçada dos cuidados biomédicos. O desafio era não apenas rever a lógica de causalidade proposta pelo modelo médico, mas também



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

introduzir uma nova divisão social do trabalho que incorporasse a deficiência. (Diniz, 2012, pg. 24)

2. A hipervulnerabilidade de ser mulher e ter uma deficiência

É perceptível que nosso pensamento estruturou-se principalmente em torno de dualismos, de opostos, como razão/emoção, ativo/passivo, objetivo/subjetivo, entre outros. Segundo Frances Olsen (2001), esses dualismos estão sexualizados, ou seja, uma metade é considerada masculina e a outra feminina, e também hierarquizados, sendo o lado masculino tido como superior e desejado e o feminino tido como negativo e indesejado. É preciso ressaltar que não se trata apenas de descrição, mas de uma normatização. Os homens não apenas muitas vezes são descritos como racionais, objetivos, etc, mas, principalmente, é dito que eles deveriam ser assim e o mesmo para mulheres.

Esta hierarquia tem sido um pouco obscurecida por uma glorificação complexa - e muitas vezes hipócrita - sobre as mulheres e o feminino. Os homens têm oprimido e explorado mulheres no "mundo real", mas também tem colocado as mulheres em um pedestal, colocando-as em um mundo de fantasia. Os homens simultaneamente exaltam e degradam as mulheres, bem como, simultaneamente, exaltam e degradam os conceitos do lado "feminino" dos dualismos. A natureza, por exemplo, é glorificada como algo respeitável, como um objeto valioso de conquista pelos heróis masculinos, e ao mesmo tempo é degradada como matéria inerte, e é explorada e manipulada de acordo com os propósitos dos homens. Da mesma forma, a sensibilidade e a subjetividade irracional são ao mesmo tempo glorificadas e denegridas. Por mais que se queira romantizar as virtudes próprias das mulheres, a maioria das pessoas ainda acredita que o racional é melhor do que o irracional, a objetividade é melhor do que a subjetividade, e que ser abstrato e universal é melhor que ser concreto e particular. (Olsen, 2000).

Assim, antes mesmo de nascer o corpo já se encontra diante de uma determinação de atos, práticas e comportamentos. Não há uma construção livre ou espontânea. O fato de saber o sexo de um bebê já traz consigo um conjunto de predeterminações que giram em torno de como ele vai se comportar, se vestir, do que ele vai gostar, entre outras subjetividades que só deveriam pertencer ao ser em questão. Há uma norma que impõe como deve ser nosso corpo e como deve funcionar nossa mente. É a arte de “fazer” corpos.

Vale salientar que há, na visão essencialista, uma correlação imediata entre essas estruturas, assim, aquele que nasce com um corpo marcado pela natureza com uma genitália característica do sexo masculino ou feminino, terá também o desenvolvimento da identidade a ela correspondente.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Haverá humanos que não tenham um gênero desde sempre? A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse um pós-escrito ou uma consideração cultural posterior? (Butler, 2012, pg. 162)

O gênero é tido, portanto, como uma expressão daquilo que foi previamente determinado pelo corpo. Isso sempre partindo de uma estrutura de concepção biológica e, portanto, identitária, binária, na qual os que fogem dessa adequação sofrem com o preconceito e com a exclusão da sociedade que ainda tenta forçá-los a se ajustar aos padrões esperados pela mesma.

Uma corrente que se libertou dessas características biológicas e passou a analisar justamente como o poder incidia na formação das identidades foi o construtivismo social, fortemente influenciado pela crítica feminista e pós-estruturalista. Uma das frases que marcou essa nova forma de pensar foi “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” de Simone Beauvoir (1967, pg. 9). Essa frase da pensadora francesa traz a incidência da cultura no natural (que seria, para ela, o sexo), asseverando que mais de que uma condição determinada pelo fator biológico, ser mulher é algo decorrente de uma construção social. Foucault (2012) também observa a influência social na constituição da identidade e foi um dos primeiros a ter uma compreensão do corpo como uma construção na qual incide o discurso e o poder, deixando claro que não existe corpo antes da lei e que não há sexualidade livre das relações de poder. Butler (2002, pg. 64) reafirma esse posicionamento, e tece uma teoria a partir da ideia de atos performativos, indo além do construtivismo.

Vemos ainda, entretanto, um padrão que tanto homens quanto mulheres devem alcançar para serem aceitos e desejados de acordo com cada cultura e época. Padrões de gênero, padrões corporais. A noção da corporeidade grega e sua idealização ainda incidem como um desejo em nossa sociedade e a manifestação da deficiência acaba por lesioná-la e afastar-se da mesma. O homem deve possuir um corpo másculo, forte, que transmita à parceira a ideia de proteção. Para as mulheres com deficiência essas diferenças se tornam ainda mais perceptíveis. Isso porque, apesar do homem também possuir um tipo de corpo tido como ideal pela sociedade, as mulheres é que são caracterizadas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como objetos sexuais e que precisam atender aos desejos dos homens e satisfazê-los. Por isso é comum observamos uma preocupação muito maior das mulheres em conseguir o corpo apresentado tido como desejável.

Os transtornos alimentares estão se tornando uma preocupação frequente para a saúde pública, pois tem sido cada vez maior o número de casos identificados, principalmente em indivíduos do sexo feminino e com grande índice de morbidades e mortalidade provenientes destes transtornos (Andrade et al., 2006). Os TA são mais frequentes em mulheres adultas e jovens, entre 18 e 30 anos, afetando 3,2% desta população (Cordás et al., 2010). A incidência média anual na população em geral de AN, entre mulheres, é de aproximadamente 18,5 por 100 mil e, entre homens, menos de 2,25 por 100 mil. Quanto à incidência de BN, os números são mais elevados, sendo 28,8 em 100 mil mulheres e 0,8 em 100 mil homens por ano. (Thurm, 2015)

A apropriação do corpo feminino pelos processos reprodutivos que nela se manifestam, insistem em marcá-la por uma inferiorização biológica em relação ao ser do sexo masculino, como também acaba por “determinar” a metade do dualismo que é considerada feminina, tendo como consequência um afastamento da vida política e uma restrição à vida privada, além de uma sexualidade distante dos prazeres e existente apenas para dar prazer ao homem, limitada ao dever de procriação (Bourdieu, 2014). Assim, para a mulher foi “destinado” o trabalho reprodutivo, qual seja, a gestação e o parto (reprodução), a criação e o cuidado dos filhos, como também o planejamento familiar, o trabalho doméstico e o cuidado da saúde da família. Um trabalho não remunerado, que não tem a ele valor econômico atribuído e pertencente ao espaço privado. Já o homem foi “responsabilizado” pelo trabalho produtivo, ou seja, produção de bens e serviços com valor de troca, normalmente remunerado, com valor econômico e pertencente ao espaço público.

O quadro se modificou. Hoje em dia grande parte das mulheres está inserida no mercado de trabalho produtivo. Entretanto, ainda recebem salários menores que os homens e são elas ainda que se responsabilizam quase em sua totalidade pelo trabalho reprodutivo (OIT, 2016). Para a mulher com deficiência, esse quadro é ainda pior (Andrade; Araújo, 2016).

Quanto à sexualidade, apesar do paradigma de repressão sexual vir se alterando nos últimos séculos – principalmente através das lutas travadas pelos movimentos feministas e LGBT's e dos estudos medicinais acerca do corpo e da sexualidade – para um estágio de exaltação do sexo, desejo de descobri-lo, de tê-lo, de entendê-lo, de conhecê-lo, de libertá-lo, o mesmo ainda é cercado por



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

tabus, preconceitos e negações. O silêncio diante da mesma e a repressão sexual que persiste em existir até hoje acomete mais as mulheres e as pessoas com deficiência, principalmente aqueles que possuem uma deficiência física mais grave ou a intelectual. Por um lado, é comum observamos o senso comum que gira em torno de como essas pessoas poderiam ter relações sexuais e sentir/dar prazer com tais deficiências, por outro, como normalmente liga-se a sexualidade à reprodução, levantam-se questionamentos quanto a capacidade dessas mulheres de criarem seus filhos com as limitações que possuem e se elas têm a aptidão para essa escolha.

Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (Bourdieu, 2014, pg. 45).

Assim, é perceptível a condição de hipervulnerabilidade – quanto à estigmatização e opressão em duplicidade – à que as mulheres com deficiência estão submetidas em nossa sociedade, simplesmente pelo fato de serem uma mulher e terem uma deficiência. Diante desse quadro de formação de identidade, dessa violência simbólica a que estão diariamente submetidas, o movimento feminista surge com a importância de modificação do mesmo, de empoderar essas mulheres.

3. Mulher com deficiência e mídia

A subjetividade do sujeito inclui seu modo de pensar, suas emoções, suas verdades, seu jeito de ser e sentir e é construída a partir da interação do seu eu com o mundo a sua volta, indivíduos e instituições. Para Foucault (2004) os *jogos de verdade* são uma prática de autoformação do sujeito. Os processos históricos, econômicos e sociais aplicam-se sobre o indivíduo de modo a normalizar atos, comportamentos e desejos, assim, a construção da identidade é subjetiva e dinâmica, incidindo sobre ela o saber-poder e os efeitos do mesmo (Foucault, 2004; Hall, 2006).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A mídia tem um papel dual em nossa sociedade: ao mesmo tempo que reproduz o contexto social em que estamos inseridos, pode trazer novas possibilidades e transformá-lo. Assim, funciona como mediadora e produtora de significados. Os meios de comunicação, em especial a televisão, que possui um grande número de espectadores e, portanto, um grande alcance, consegue apreender a intimidade do receptor, de modo a produzir a possibilidade do mesmo se reconhecer nas “verdades” criadas e veiculadas pelos programas e anúncios publicitários (Fischer, 2001).

Tendo em vista que a primeira forma de se chegar a um local é através do corpo e suas práticas, ou seja, a relação com o mundo social primária se dá através do corpo, de seu modo de portá-lo, apresentá-lo, os jeitos e trejeitos, este é demasiado importante no mundo capitalista. Esta apresentação que é percebida como natural, é na verdade um produto social, próprio de uma fabricação cultural, cujo efeito é de distinção entre as classes. Os seus atributos mais comuns são destinados às classes populares, enquanto os mais raros são destinados às classes dominantes (Bourdieu, 2007, p.183). Portanto, o corpo é, ainda e antes de tudo, um produto do capital, através dos estilos de vida que nele se manifestam.

Como vimos anteriormente, o feminino é, antes de tudo, uma construção, assim como o é o ideal de beleza imposto e o corpo tido como belo. A mídia, com o poder que possui, pode reforçar, desconstruir ou propor uma nova construção de padrões. Entretanto, “enquanto o horário nobre da televisão e a imprensa em geral dirigida às mulheres forem sustentados pelos anunciantes de produtos de beleza, o enredo de como as mulheres aparece na cultura de massa será ditado pelo mito da beleza” (Eco, 2004, p.370). Inclusive, com o advento das redes sociais, esse padrão tornou-se ainda mais latente e reforçado, através do fato de que a maior parte das blogueiras e o que chamamos de “influenciadoras digitais”, terem justamente, em sua maioria, o corpo magro, branco e sem deficiência e ganharem a vida divulgando produtos de beleza.

Em uma pesquisa coordenada pela psicanalista Joana Novaes, tivemos como resultado que sete em cada dez mulheres brasileiras sentem pressão para ser bonita, 66% delas concordam que existe um padrão de beleza e 73% entendem que as mulheres belas têm mais oportunidades na vida. Já nos dados trazidos por Vannuchi (2004), oriundas de uma pesquisa internacional encomendada por uma famosa marca de sabonete e coordenada por psicólogas da Universidade de Harvard e da



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

London School of Economics, as brasileiras posicionaram o país entre os 10 maiores mercados de cosméticos do mundo e, no quesito de insatisfação com a aparência física, perdem apenas para as japonesas. Delas, 54% já cogitaram a hipótese de cirurgia plástica e 7% já se submeteram a tal procedimento, o que configura o maior número entre os países pesquisados.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

“Sem dúvida, a auto-estima terá sempre, como referência, a estima percebida no olhar do outro. Mas quem é esse outro?” (Strozemberg, 2006). Este outro estaria em toda a sociedade, na mídia, nas instituições que reforçam um determinado padrão e te excluem se você não está dentro dele. O gênero e o corpo tido como ideal são, portanto, advindos de uma construção.

É possível, portanto, imaginar o quanto essa imagem corporal é prejudicial às mulheres com deficiência que sempre se afastaram dos padrões de beleza estabelecidos pelas sociedades ao longo dos tempos. Ideia essa que também acaba por afetar o imaginário de sujeito produtivo ideal criado pelo capitalismo, como mencionado anteriormente.

O corpo da mulher com deficiência é, então, rejeitado. Visto como objeto de pena, algo a ser consertado e longe do ideal de beleza. A mulher com deficiência constrói, então, sua identidade diante de um contexto no qual ela não se encaixaria, não seria objeto de desejo, estaria “errada”. Ou a mesma sucumbe a isso e sofre com a sua realidade ou luta contra todos estes padrões impostos.

Tendo em vista que este é um trabalho ainda em andamento, estas conclusões são apenas preliminares e podem se modificar com o andamento do mesmo.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ANDRADE, Carolina Silva de; ARAÚJO, Josemar Figueiredo. **A dupla desvantagem da mulher com deficiência no mercado de trabalho.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVIII, n. 142, nov (2015) Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16565>. Acesso em 25 de agosto de 2016.

BEAUVOIR, Simone. (1967). **O segundo sexo vol. 2:** a experiência vivida. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BECKER, Howard S. (2008). **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. (2005). **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** In Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. (2014). **A dominação masculina.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, Judith. (2002) **Críticamente subversiva.** In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icària editorial.

_____, Judith. (2012) **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHAUÍ, M.. (1988). Prefácio. In: SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres.** Texto Inédito, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Coordenadora Executiva da REDOR, sem data.

DINIZ, Débora. (2012). **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense.

ECO, U. (Org.). (2004) **História da beleza.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

FOUCAULT, Michel. (2004). **A Ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade**. In: . Ética, Sexualidade, Política - Ditos e Escritos, vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____, Michel. (2012). **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal.

FREIRE, Paulo. (2014). **Pedagogia do oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARGARELLA, Roberto. (2007). **El derecho a la protesta**. Buenos Aires: Ad-Hoc.

GOFFMAN, Erving. (1988) **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT.

GOHN, M. G. (2005). **O Protagonismo da Sociedade Civil**. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez.

HALL, Stuart. (2006). **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EFMG.

KITTAY, Eva Feder. (1999). **Love's Labor**: Essays on Women, Equality and Dependence. New York: Routledge.

OIT. **Mulheres no trabalho** – tendências. 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

OLSEN, Frances. (2000) **El sexo del derecho**. In La identidade feminina y el discurso del derecho. Alicia E. C. Ruiz compiladora. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos,

PATEMAN, Carole. (1993). **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra.

PLUTARCO. (1951). **Vidas dos Homens Ilustres**. Vol. 4. São Paulo: Editora das Américas.

SARDENBERG, Cecília. (2009). **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista** (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

STROZEMBERG, Ilana. (2006) Prefácio. In: NOVAES, JV. **Sobre as mulheres e seus corpos**. O intolerável peso da feiúra. Rio de Janeiro. Ed. PUC/Garamond.

VANNUCHI, C. (2004) **Bonita, eu?** Isto É, Rio de Janeiro, n.1826, p.68.

WENDELL, Susan. (1996) **The rejected body**: Feminist philosophical reflections on disability. Routledge.

THURM, Bianca Elisabeth. **Perfil da Percepção Corporal e a Insatisfação Corporal em Mulheres com Transtornos Alimentares** – Uma Proposta de Intervenção Corporal. Disponível em: http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2012/194.pdf. Acesso em: 15.2.2015.